



**MUNICIPIO DE
ALMADA**

Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 13/XI-1º/2013-14

**(Sobre o documento intitulado “Guião para a Reforma do
Estado”)**

**EU, JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALMADA**

**Torno público que na Primeira Reunião da Sessão Extraordinária da Assembleia
Municipal de Almada, realizada no dia 14 de novembro de 2013, a Assembleia Municipal
aprovou a seguinte Moção/Deliberação:**

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

**O país tem vindo a assistir a uma operação mediática em torno do documento
recentemente apresentado pelo Vice-Primeiro-Ministro, intitulado “Guião para a “Reforma
do Estado”. Ao contrário do que é propagandeado, este é um documento com profundos
conteúdos políticos e ideológicos de tentativa de subversão das funções sociais do
estado, que procura aniquilar os direitos sociais e laborais previstos na nossa
Constituição.**

**Aqueles que têm vindo a ajustar contas com a Revolução de Abril e, ano após ano, a
atacar direitos e a alienar soberania, querem agora dar a machadada final e remover de**



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 13/XI-1º/2013-14

vez o que de mais progressista, justo e avançado tem a nossa Constituição - e para alcançar tais objetivos, intervêm publicamente apelando a “compromissos” em torno de um programa comum nesse sentido.

Face a esses apelos que vêm a público por parte do Governo e dos seus aliados, como por exemplo o atual Presidente da República, importa sublinhar que, não só um tal “programa”, e um tal “compromisso”, se afiguram irrealistas, como é contraproducente retomar “compromissos” que a experiência recente do país mostrou serem um alibi para manter o estado das coisas: manter o mesmo rumo de recessão económica, de desemprego, de exploração dos trabalhadores e empobrecimento das populações e das classes trabalhadoras.

Não é possível nem aceitável uma “Reforma do Estado” quando o “guião” apresentado pelo Governo, considera que apenas quatro áreas não são delegáveis: Defesa; Segurança; Diplomacia e Justiça. Nem tão pouco quando se sabe que o que está em causa, com este Governo, é uma opção ideológica e de classe, que visa a privatização dos serviços públicos e a destruição das Funções Sociais do Estado (Educação, Saúde, Segurança Social).



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 13/XI-1º/2013-14

Entre outros, foi apresentado um “estudo” sobre a reforma do Estado em Portugal, pelo Fundo Monetário Internacional, solicitado e pago pelo Governo, que preconiza a redução da dimensão do Estado e a redução adicional da despesa pública em 4 mil milhões de euros. É preocupante esta proposta tendo em conta a ameaça que comporta sobre o urgente e indispensável processo de retoma do crescimento económico e sobre a própria conceção de Estado Social. O Governo e o FMI ignoram em absoluto as ações de melhoria da qualidade dos serviços públicos e a importância das funções sociais e económicas do Estado.

A “Reforma do Estado” apontada pelo Governo, confinada à lógica do corte indiscriminado da despesa, sobretudo da redução do número de funcionários públicos, da diminuição das remunerações, das prestações sociais e das pensões de reforma, de modo a comprimir a despesa pública, representa, por outro lado, um ataque brutal às condições de vida da imensa maioria dos portugueses.

O Estado, as suas características, os critérios de designação dos seus órgãos, a medida e o sentido do exercício das suas funções, a inclusão no processo de decisão política e administrativa da participação e intervenção popular, representam simultaneamente um



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 13/XI-1º/2013-14

objetivo programático autónomo e uma condição de realização de outros objetivos programáticos.

A política que pode e deve mobilizar o país é uma política alternativa à que tem sido seguida ao longo de várias décadas e que conduziu à dramática situação que estamos a viver. Uma política alternativa à austeridade que tem empobrecido as classes trabalhadoras, condenado à miséria milhares de pensionistas e reformados, arruinado a vida das famílias e destruído economicamente Portugal.

Assim, tendo em consideração o acima exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Plenária na Trafaria a 14-11-2013, delibera:

- 1. Repudiar as orientações apontadas no documento intitulado “Guião para a Reforma do Estado”, publicamente apresentado pelo Governo;**
- 2. Pronunciar-se pela urgente necessidade de uma mudança de políticas, que consagre e defina o Estado democrático e as suas funções como parte constitutiva, instrumento, expressão e garante da democracia, em todas as suas vertentes, no Portugal de Abril, no integral respeito e cumprimento da Constituição da República Portuguesa.**



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 13/XI-1º/2013-14

POR SER VERDADE SE PUBLICA O PRESENTE «EDITAL» QUE VAI POR MIM ASSINADO E IRÁ SER AFIXADO NOS LUGARES DO ESTILO DESTE CONCELHO.

Almada, em 15 de novembro de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA)